

FMI quer definição de uma política salarial

BRASÍLIA — A data da reunião em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai analisar o programa brasileiro de ajuste econômico, prevista para o mês que vem, somente será marcada no momento em que estiver definida a política salarial a ser adotada pelo Governo, fator considerado como fundamental pelo FMI para a redução do déficit público.

A informação foi prestada ontem, por telefone, de Washington, por fonte da área externa estreitamente ligada ao FMI. De acordo com a ótica do Fundo Monetário — como explicou a fonte — o Decreto-Lei 2.045, em si não é imprescindível, mas sim uma política salarial ou qualquer conjunto de políticas alternativas, na área econômica, que possibilite o cumprimento das metas fixadas no memorando técnico enviado pelo Governo ao Fundo, com vistas à eliminação do déficit do setor público no próximo ano.

A reunião da diretoria do FMI, segundo o mesmo informante, será realizada três a quatro dias imediatamente após uma definição, em Brasília, sobre a nova política salarial a ser adotada ou

de medidas que tenham efeito semelhante.

De acordo com a fonte, a missão técnica que retornará ao Brasil em novembro próximo — dentro de vinte ou trinta dias —, contará, novamente, com a participação do Chefe da Divisão do Atlântico, Thomas Reichmann, e da economista Ana Maria Júlio. Mas não há definição, até o momento, sobre quem chefiará a missão, desta vez.

A equipe de economistas do FMI virá com dois objetivos: avaliar o desempenho da política econômica até o mês de setembro e participar da elaboração de um programa econômico detalhado, a ser implementado em 1984.

Em Brasília, o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, confirmou que o déficit do setor público, durante o trimestre de julho a setembro, ficou abaixo da meta de Cr\$ 14,9 trilhões acertada com o FMI. Disse ele que tal desempenho leva a crer que o Governo conseguirá manter-se dentro do limite de Cr\$ 19,35 trilhões fixado para todo o ano, podendo, mesmo apresentar um déficit público inferior a esta cifra.